



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO PARANÁ



CARTILHA

**FORMAÇÃO PARA
CONSELHEIROS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**



CLICK NO QR CODE

CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: FUNÇÕES E PRINCÍPIOS

Os Conselhos de Assistência Social são instâncias fundamentais para a promoção da cidadania, garantindo que as políticas públicas nessa área sejam efetivas, inclusivas e participativas.

Esta cartilha tem como objetivo capacitar futuros conselheiros, fornecendo informações claras sobre o papel, as atribuições e os processos relacionados à sua atuação. Os tópicos abordados incluem uma definição detalhada dos Conselhos de Assistência Social, suas principais atribuições, a composição e o funcionamento desses órgãos, a legislação aplicável e instrumentos de apoio, além de dicas práticas para uma atuação eficaz.



O QUE SÃO

Os Conselhos de Assistência Social são órgãos colegiados, paritários e deliberativos, compostos por representantes do governo e da sociedade civil. Eles têm como principal objetivo garantir a execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em âmbito municipal, estadual e federal.



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS



ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PAPEL DOS CONSELHEIROS

DELIBERAR

- Aprovar planos, programas e projetos de assistência social.

FISCALIZAR

- Monitorar a aplicação de recursos e a execução das políticas públicas.

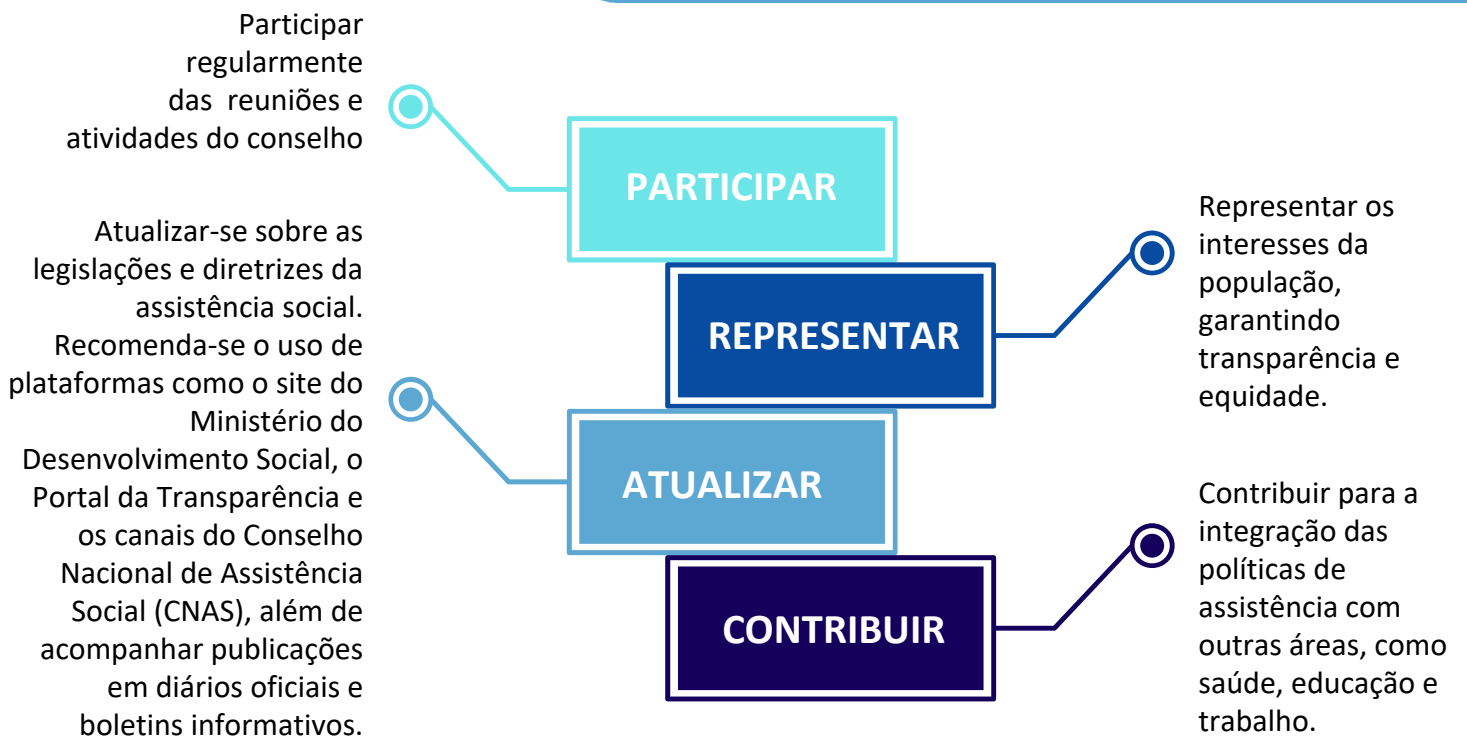
MOBILIZAR

- Articular ações e promover o engajamento da sociedade.

ACOMPANHAR

- Avaliar os resultados das políticas e propor ajustes necessários.

DEVERES E RESPONSABILIDADES



COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS

ESTRUTURA



REPRESENTANTES DO GOVERNO

Indicados pelos órgãos responsáveis pela gestão da assistência social.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Eleitos por organizações sociais, usuários e trabalhadores do sistema.



FUNCIONAMENTO

Reuniões ordinárias regulares, com convocação de reuniões extraordinárias quando necessário, como em situações emergenciais de alteração de políticas públicas, revisão urgente de programas em execução ou demandas legais imprevistas que requeiram deliberação imediata.

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES

REGIME INTERNO

Normas que regem o funcionamento do conselho

QUÓRUM PARA DELIBERAÇÕES

As decisões devem ser tomadas por maioria simples ou conforme definido no regimento interno.

LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE APOIO

BASE LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Define a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado.



LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS)

Regulamenta a política de assistência social no Brasil.



RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)

Diretrizes específicas para os conselhos estaduais e municipais.



INSTRUMENTOS DE APOIO À ATUAÇÃO



Documento orientador das ações locais.



Documento orientador das ações locais.



Estrutura organizacional da assistência social no Brasil.

DICAS PRÁTICAS PARA OS CONSELHEIROS



Busque sempre ouvir as diferentes partes envolvidas, garantindo que todos sejam representados.

CONHEÇA O TERRITÓRIO



Entenda as principais demandas e vulnerabilidades da sua região.

PROMOVA O DIÁLOGO



Mantenha a comunidade informada sobre as ações e decisões do conselho.

PRIORIZE A TRANSPARÊNCIA



CAPACITE-SE CONTINUAMENTE



Participe de cursos, seminários e outras oportunidades de formação.

TRABALHE EM REDE



Mantenha a comunidade informada sobre as ações e decisões do conselho.

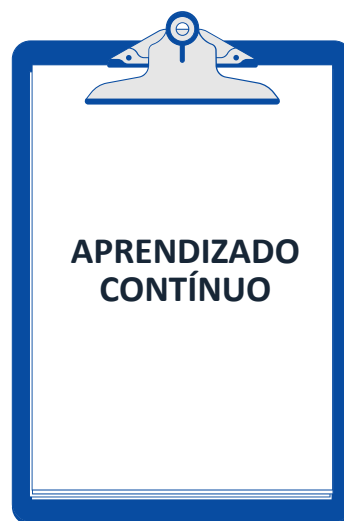
CONSIDERAÇÕES FINAIS

IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO CONSELHO

A formação de conselheiros de assistência social é essencial para garantir a eficiência e a transparência das políticas públicas nessa área.

Por meio de sua atuação comprometida e bem-informada, é possível transformar realidades, assegurando direitos e promovendo uma sociedade mais justa e solidária.

Esta cartilha é apenas o primeiro passo em sua jornada como conselheiro. Comece agora mesmo a aplicar os conhecimentos adquiridos, participando ativamente de discussões, reuniões e iniciativas que fortaleçam a assistência social em sua comunidade. Busque continuamente novas oportunidades de aprendizado e consulte os materiais de apoio sugeridos, como a legislação vigente, guias práticos e redes de conselhos.



Sua dedicação será essencial para promover mudanças significativas na sociedade. O aprendizado contínuo e a dedicação são fundamentais para o sucesso dessa missão.

FICHA TÉCNICA

Realização

Coordenadoria de Atendimento
Jurisdicionado e Controle Social do
Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Coordenação

Ricardo Alpendre
(Coordenador da Coordenadoria de
Atendimento Jurisdicionado e Controle Social)

Faça o Curso Conselhos Municipais

Acesse: egp.tce.pr.gov.br

